



# Câmara Municipal de Porto Alegre

Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901

Telefone: (51) 3220-4284 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

PARECER Nº  
PROCESSO Nº 020.00012/2020-76  
INTERESSADO:

**PARECER Nº**

**PROCESSO Nº: 020.00012/2020-76**

**EMENTA: INSTITUI A CAMPANHA DIVAS DA ALEGRIA NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.**

Senhor Presidente,

## **I. RELATÓRIO**

em a esta Relatora, para parecer, o Projeto de Lei em epígrafe. O projeto já passou pela análise da Procuradoria Jurídica, desta Casa Legislativa, constante no documento n.º 0223723, em que entendeu, em sua análise, que o projeto estaria de acordo com jurisprudência do STF, ao citar:

“O princípio constitucional da reserva da administração decorrente do princípio da independência e harmonia entre os poderes opera, assim, como um limitador do poder de iniciativa parlamentar. É de se observar, contudo, que o conteúdo dessa reserva de administração não está bem definido pela doutrina e jurisprudência. O que se extrai pela jurisprudência do STF é que a criação, por lei de iniciativa parlamentar, de programa municipal, por si só não invade esfera de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo. No entanto, não se admite que lei de iniciativa parlamentar venha criar ou estruturar órgão do Poder Executivo, ou venha alterar atribuição de Secretaria ou órgão.”

*É o Relatório.*

## **II. FUNDAMENTAÇÃO**

Dito isto, cabe ressaltar que o Projeto de Lei, em tela, fazendo uma análise estritamente técnica, quanto ao regramento estabelecido para instituir a campanha “Divas da Alegria”, no entendimento desta Relatora, é constitucional e segue o ordenamento jurídico, baseado no princípio da reserva da administração decorrente do princípio da independência e harmonia entre os poderes.

Conforme fora analisado pela Procuradoria da desta Casa, o Projeto de Lei em tela, não cria atribuições ou obrigações aos Órgãos da Administração Pública local, de forma a ser escolhido pelo Poder Executivo,

quais órgãos participarão do projeto. Conforme o entendimento do STF, tal princípio serve como uma forma de limitar o poder parlamentar, porém, tal conteúdo não fora definido de forma completa pela doutrina e jurisprudência.

Assim sendo, fica evidente que tal Projeto de Lei segue o devido ordenamento jurídico e fica evidenciado que não há hipóteses de infração ao princípio de separação dos poderes.

### III. CONCLUSÃO

Assim sendo, opinamos pela *inexistência de óbice de natureza jurídica* para tramitação do Projeto e, *quanto ao mérito, pela aprovação* do **PL nº 108/20 - Processo n.º 0269/20** - que institui a campanha “Divas da Alegria” no Município de Porto Alegre.

**Vereadora Comandante Nádia**

**Relatora.**



Documento assinado eletronicamente por **Nadia Rodrigues Silveira Gerhard, Vereadora**, em 26/05/2021, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0237644** e o código CRC **933323E4**.



# Câmara Municipal de Porto Alegre

Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901

CNPJ: 89.522.437/0001-07

Telefone: (51) 3220-4344 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

## CERTIDÃO

CERTIFICO que o **Parecer Conjunto nº 029/21 – CCJ/CECE/CEFOR/CUTHAB/COSMAM** contido no doc 0237644 (SEI nº 020.00012/2020-76 – Proc. nº 0269/20 - PLL nº 108), de autoria da vereadora Comandante Nádia, foi **APROVADO** em votação nominal durante Reunião Conjunta Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude, da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul, da Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação e da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, realizada pelo Sistema de Deliberação Remota no dia 26 de maio de 2021.

**CONCLUSÃO DO PARECER:** Pela **inexistência de óbice** de natureza jurídica para tramitação do Projeto e, quanto ao mérito, pela **aprovação** do Projeto.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Vereador Felipe Camozzato – Presidente: **FAVORÁVEL**

Vereador Claudio Janta – Vice-Presidente: **FAVORÁVEL**

Vereadora Comandante Nádia: **FAVORÁVEL**

Vereador Leonel Radde: **FAVORÁVEL**

Vereador Mauro Pinheiro: **FAVORÁVEL**

Vereador Pedro Ruas: **FAVORÁVEL**

Vereador Ramiro Rosário: **FAVORÁVEL**

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E JUVENTUDE

Vereadora Fernanda Barth – Presidente: **FAVORÁVEL**

Vereadora Mari Pimentel – Vice-Presidente: **FAVORÁVEL**

Vereadora Daiana Santos: **NÃO VOTOU**

Vereador Giovane Byl: **FAVORÁVEL**

Vereador Jonas Reis: **FAVORÁVEL**

### COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, ORÇAMENTO E DO MERCOSUL

Vereadora Bruna Rodrigues - Presidente: **NÃO VOTOU**

Vereador Mauro Zacher - Vice-Presidente: **FAVORÁVEL**

Vereador Airto Ferronato: **FAVORÁVEL**

Vereador Idenir Cecchin: **FAVORÁVEL**

Vereador Pai Ricardo d'Oxum: **FAVORÁVEL**

### **COMISSÃO DE URBANIZAÇÃO, TRANSPORTE E HABITAÇÃO**

Vereador Cassiá Carpes - Presidente: **FAVORÁVEL**

Vereadora Karen Santos - Vice-Presidente: **NÃO VOTOU**

Vereador Gilson Padeiro: **FAVORÁVEL**

Vereador Hamilton Sossmeier: **FAVORÁVEL**

Vereador Pablo Melo: **FAVORÁVEL**

Vereador Roberto Robaina: **FAVORÁVEL**

### **COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE**

Vereador Jessé Sangalli - Presidente: **NÃO VOTOU**

Vereadora Cláudia Araújo - Vice-Presidente: **FAVORÁVEL**

Vereador Aldacir Oliboni: **FAVORÁVEL**

Vereador José Freitas **FAVORÁVEL**

Vereadora Lourdes Sprenger: **FAVORÁVEL**

Vereadora Psicóloga Tanise Sabino: **FAVORÁVEL**

**OBS: Retificação da certidão haja vista a incorreção de voto contrário do vereador Felipe Camozzato.**



Documento assinado eletronicamente por **André Luís Tovo Rodrigues, Assistente Legislativo**, em 27/05/2021, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0238154** e o código CRC **D9E62EAE**.